

Podcast Meio-Fio
Projeto TraDUS
Episódio: O que é a PNDU?

Apresentação: Hector Sousa

Convidadas e convidados: Ana Paula Bruno

Marco Costa

Rayne Ferretti

Sarah Habersack

[VINHETA]

[Hector Sousa]: Olá, bem vinda e bem vindo ao MEIO-FIO, seu podcast sobre desenvolvimento urbano sustentável. Eu sou Hector Sousa e vou te guiar neste nosso primeiro episódio. O MEIO-FIO faz parte do projeto traDUS, que promove ações de educação urbana, em diferentes formatos. O projeto TraDUS é uma parceria da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, a UFRSA, com o Ministério do Desenvolvimento Regional, o MDR, por meio da Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Regional e Urbana, a CGDRU. Neste podcast vamos trazer temas interessantíssimos para quem já é da área, mas também para quem está começando a explorar o assunto. E para você ficar por dentro das ações do projeto e dos diversos conteúdos que vão além do MEIO-FIO, siga nosso instagram @projetotradus, com “s” de sustentável.

[Trilha]

[Hector Sousa]: Hoje vamos falar sobre a PNDU, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e os ODUS, os Objetivos de Desenvolvimento Urbano Sustentável. O Brasil possui uma longa trajetória em política urbana, respeitada e valorizada mundialmente. Nossa principal lei nesse assunto, o Estatuto da Cidade, é exemplo para vários países que querem avançar em suas políticas urbanas.

Aqui no Brasil, a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade e o Estatuto da Metrópole assumem um compromisso com a justiça socioespacial e com a gestão democrática das cidades. A formulação da PNDU, que está acontecendo agora, é mais um passo nessa trajetória. Um assunto tão importante para o Desenvolvimento Urbano Sustentável precisa ser conhecido e debatido amplamente, para que a política nacional realmente tenha impactos positivos nas cidades e na vida das pessoas. Mas o que é a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano? Para que ela serve? A Ana Paula Bruno, analista de infraestrutura do MDR, o Ministério do Desenvolvimento Regional, conta pra gente:

[Ana Paula Bruno]: Eu considero a PNDU um instrumento para organizar a ação política no território no tema do desenvolvimento urbano. A Constituição Brasileira define que os municípios são os responsáveis pela execução das políticas de desenvolvimento urbano nos seus territórios. Mas os municípios não conseguem fazer tudo sozinhos; eles normalmente precisam de apoio técnico e financeiro para executar suas tarefas. Eles também precisam cooperar com outros municípios e com os Estados para resolver problemas compartilhados. Isso depende do caso, porque a realidade urbana brasileira é muito diversa. Então a PNDU considera essa diversidade, as diferentes competências dos entes federados, as contribuições dos diferentes setores urbanos, dos diferentes grupos que atuam na produção do espaço urbano para construir uma visão comum e desenhar linhas de apoio que façam sentido no território..

[Hector Sousa]: Essa fala da Ana Paula explica porque uma política nacional precisa ser feita conjuntamente pelos Municípios, pelos Estados e pela União. É a partir dessa relação entre os entes federados, junto com a sociedade civil, que a PNDU terá um maior alcance em sua implementação.

[Marco Costa]: Uma política nacional de desenvolvimento urbano é muito importante porque traz as diretrizes para o desenvolvimento urbano que deverão ser seguidas principalmente pelos municípios.

[Hector Sousa]: Esse que está falando é Marco Aurélio Costa, coordenador de estudos urbanos do IPEA, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

[Marco Costa]: A gente tem um conjunto muito grande de atores que são esses governos locais, com seu poder executivo, legislativo e judiciário, suas populações e são municípios muito desiguais, com capacidades institucionais e técnicas muito diferentes. Ter políticas para o desenvolvimento desse ambiente urbano, um ambiente saudável, equilibrado, que oferece oportunidades de desenvolvimento humano, é super importante. É uma política estruturante, não só do ponto de vista urbano, especificamente, para o desenvolvimento do país todo.”

[Hector Sousa]: No momento de propor uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano é preciso entender o processo de urbanização do Brasil. A partir da década de 1960, principalmente, o país passou por um intenso processo de urbanização. Em poucas décadas, deixamos de ser um país rural para nos tornarmos um dos países mais urbanizados do mundo. Mas essa velocidade da urbanização brasileira não foi acompanhada por políticas que garantissem moradia, infraestrutura, transporte, trabalho de forma equilibrada para todas as pessoas. As desigualdades socioeconômicas somadas a desigualdades de acesso a moradia, bens e serviços urbanos, explicam porque vemos tantas desigualdades nas nossas cidades. Atualmente mais de 85% da população

brasileira mora em áreas urbanas; e cada uma dessas áreas possui suas próprias características econômicas, ambientais, sociais, culturais, políticas e institucionais. Essas características precisam ser reconhecidas e consideradas nas ações de desenvolvimento urbano.

Em 2019 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Regional, o MDR, a partir da união dos antigos Ministério da Integração Nacional e Ministério das Cidades. O MDR atualmente é responsável por diversas políticas setoriais e também pelas políticas territoriais de Desenvolvimento Regional, a PNDR, e de desenvolvimento urbano, a PNDU.

[Trilha]

[Hector Sousa]: Que a PNDU é a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano eu já falei. Mas o que significa “Desenvolvimento Urbano”? [...] Bem, o desenvolvimento urbano é o jeito como as cidades evoluem ao longo do tempo. As cidades podem evoluir bem, planejando seus territórios e agindo conforme o planejado, e garantindo acesso a serviços urbanos, moradia, escolas, hospitais, infraestrutura, transporte, lazer, cultura de qualidade para todas as pessoas. Ou podem evoluir mal, aumentando as desigualdades socioespaciais, prejudicando o meio ambiente e assim por diante. A verdade é que o desenvolvimento das cidades pode ser visto sob diferentes óticas. Nós do projeto TraDUS apoiamos um Desenvolvimento Urbano que seja sustentável. Mas, o que é “Desenvolvimento Urbano Sustentável”? A Rayne Michelli Ferretti Moraes, Oficial da Agência ONU HABITAT no Brasil, nos explica.

[Rayne Ferretti]: Ele quer dizer que nós precisamos fazer o uso sustentável dos recursos, que nós precisamos para nossa sobrevivência sem comprometer o uso desses recursos pelas próximas gerações. Sustentabilidade nos remete justamente a isso né, que outras gerações virão, nossos filhos e filhas, netos e netas, bisnetos e bisnetas, então outras gerações virão e vão ter necessidade de água potável, de ter saneamento básico, de trabalhar e estudar, de ter uma moradia adequada e ter opção de lazer e cultura então como é que hoje eu posso sobreviver, como hoje eu posso viver sem comprometer as futuras gerações que virão e terão as mesmas necessidades que hoje eu tenho.

[Hector Sousa]: Então, pensar o Desenvolvimento urbano sustentável significa pensar as ações no tempo, para as diferentes gerações. Quando falamos “diferentes gerações”, estamos também falando de quem é jovem ou está na fase adulta hoje, mas que amanhã será uma pessoa idosa. Buscar o Desenvolvimento Urbano Sustentável significa buscar o interesse público e o bem comum em benefício de todas as pessoas. No caso das cidades brasileiras, significa reduzir desigualdades, distribuir infraestrutura, espaços públicos, bens e serviços urbanos de forma equilibrada. E tudo isso considerando a diversidade territorial, as diferentes realidades locais e as diferentes escalas de ação sobre os problemas urbanos. Há a escala do que acontece aí na sua rua, na sua vizinhança: a

calçada, o canteiro, a praça, a arborização, o ponto de ônibus. Há a escala da cidade: para onde vai o esgoto, o transporte público que você pega e te leva para outro bairro, os grandes parques da cidade. Há a escala da relação entre municípios: se a comida que você compra vem de outra cidade e se o lixo que você produz vai para o aterro de outro município e daí por diante, até pensarmos a relação entre regiões e estados. Marco Aurélio Costa, do IPEA, comenta sobre o desafio das escalas na PNDU.

[Marco Costa]: Então o interessante é que se está considerando como ponto de partida o reconhecimento da pluralidade e diversidade do território brasileiro, da necessidade de se construir uma governança interfederativa, que leve em conta o papel do município, um papel que os estados também deve desempenhar dentro desse escopo de uma política nacional de desenvolvimento urbano, o papel do governo federal, a interface da política de desenvolvimento urbano e outras políticas federais (igualmente importantes); a questão das escalas de planejamento, a escala urbana, é uma escala, mas eu tenho arranjos territoriais no Brasil que são supramunicipais, então um olhar sobre o município e sobre uma área urbana que está em um município é diferente de um em que eu estou em uma área metropolitana, por exemplo, e que o cidadão transita naquela área sem saber que está mudando de município, pra ele é aquela cidade, é a percepção da cidade (não da cidade legal, mas da cidade que é experiência do cidadão).

[Hector Sousa]: A PNDU tem como premissa uma compreensão ampla sobre o território. Ela abarca a noção de que as questões urbanas não estão separadas das questões rurais, que elas não estão restritas à escala do município como falamos anteriormente, e que o território é diverso e ao mesmo tempo singular. Portanto, dentre os diversos desafios colocados à mesa está o seguinte: como uma política de âmbito nacional que busca qualificar resultados no nível local pode construir uma visão integrada e articulada, considerando a diversidade e as singularidades de nosso território? Uma das respostas para essa pergunta é pensar e construir a PNDU a muitas mãos.

[Trilha]

[Hector Sousa]: O processo de formulação da PNDU aposta na lógica das redes de colaboração e na força da inteligência coletiva. E esse processo vai além dos entes governamentais, traz também a sociedade para construir junto, afinal, o funcionamento da cidade é uma tarefa coletiva, como diz Sarah Habersack, Assessora Técnica da Agência de Cooperação Alemã, Projeto Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável no Brasil.

[Sarah Habersack]: Quantas pessoas são necessárias para manter uma cidade, para criar uma cidade, para conseguir que os serviços funcionem, para conseguir que a gente pode comprar as coisas que a gente precisa, para eu poder ir da minha casa até o mercado, até

o meu trabalho, para que eu receba luz, água, etc. Isso sempre é uma tarefa coletiva. Então várias instituições, várias pessoas que têm que trabalhar juntos para deixar uma cidade acontecer, para deixar a nossa vida urbana se desenvolver de uma forma idealmente sustentável, de qualidade.

[Hector Sousa]: A formulação da PNDU tem como primeira tarefa coletiva construir os Objetivos de Desenvolvimento Urbano Sustentável, os ODUS. Eles deverão expressar os compromissos brasileiros para promover transformações urbanas sustentáveis em nossas cidades. Sim, deverão, no futuro. Os ODUS ainda não existem, eles serão construídos durante o processo participativo da PNDU. Será a construção da nossa visão de futuro, da nossa agenda política para as cidades, pensada coletivamente, como reforça Ana Paula Bruno, analista de infraestrutura do MDR

[Ana Paula Bruno]: A formulação da PNDU é ao mesmo tempo um processo de construção de uma política pública é um movimento para engajar pessoas e organizações que atuam nesta área do desenvolvimento urbano para construirmos um pacto coletivo sobre as cidades brasileiras. O que a gente quer das nossas cidades daqui a 10, 20, 30 anos, em que cidades a gente quer viver, que cidades queremos para as crianças, as pessoas idosas, as pessoas com deficiência, as pessoas de todas as raças, origens, rendas. São essas visões que os ODUS precisam expressar. Eu gosto de dizer que os ODUS são como faróis nos mar, para onde a gente deve olhar, para guiar nossa navegação nos próximos anos.

[Hector Sousa]: O processo participativo para a construção dos ODUS se dará através da escuta de pessoas e organizações de diferentes segmentos da sociedade, regiões do país e contextos urbanos. Essa construção coletiva será iniciada com a Oficina Nacional de Partida, nos dias 25 e 26 de maio. Entre junho e agosto, serão organizadas Oficinas Regionais nas cinco regiões do país. Além disso, terão as Conferências Livres, para coletar contribuições independentes de organizações da sociedade civil. Ou seja, você terá várias oportunidades para participar na construção dos Objetivos de Desenvolvimento Urbano Sustentável e na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Participe! Só com a sua voz, como muitas vozes juntas, ela se tornará diversa, múltipla e nacional de verdade.

[Trilha]

[Hector Sousa]: Estamos chegando ao fim desse episódio, espero que você tenha gostado do conteúdo e entendido o que é a PNDU e qual é o propósito dos ODUS. Se ligue nas ações do projeto TraDUS e nos diversos conteúdos que produzimos, siga nosso perfil no instagram @projetotradus, lembrando que é tradus com “s”, de sustentabilidade. Não se esqueça de seguir esse podcast para acompanhar os próximos

episódios. A gente termina aqui com um recado da Rayne Ferreti, da Agência ONU HABITAT no Brasil, que já falou neste episódio.

[Rayne Ferretti]: Eu acredito que ao ter uma PNDU, daqui a alguns anos, a gente sem dúvida seria um país que maximiza as oportunidades para todas e todos. A gente teria um Brasil mais acessível, um Brasil com políticas públicas centradas nas pessoas e que tenham ao mesmo tempo um olhar territorial. É uma nova maneira de fazer política pública, uma nova maneira de repensar o fenômeno da urbanização, uma nova maneira de gerir as nossas cidades, pensar em políticas centradas nas pessoas que ao mesmo tempo olhem para o território, porque é esse olhar que vai permitir integrar as políticas públicas. Em resumo a gente teria um país que não deixa ninguém para trás e não deixa nenhum lugar para trás

[Trilha]

[Hector Sousa]: Esse podcast é apresentado, produzido e editado por Hector Sousa. O roteiro é uma construção coletiva. A Heloísa Diniz é a Coordenadora deste e de outros trabalhos de comunicação em mídias sociais do Projeto. Lauren Costa é a Coordenadora técnica e o Almir Mariano é o Coordenador acadêmico do Projeto TraDUS. Ela e ele são responsáveis por todas as nossas frentes de trabalho. Contamos também com o apoio valioso de alunas e alunos bolsistas para a pesquisa de conteúdos. Visitando nosso site você pode conhecer tudo o que fazemos e quem são as pessoas que trabalham no Projeto. O endereço é www.projetotradus.org.br. Nossas parceiras no Ministério do Desenvolvimento Regional são a Ana Paula Bruno, a Denise Schuler, a Fernanda Capdeville e a Raquel Furtado. Elas trabalham na Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Regional e Urbana, que é coordenada pela Laís Araújo.

[VINHETA]